Do Nacional-Desenvolvimentismo à Lógica Financeira: A Trajetória da CSN

Álvaro Augusto Veloso Theodoro
Daniel Cascimiro Gomes

Resumo

Este artigo analisa a trajetória da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como expressão das transformações no padrão de desenvolvimento da economia brasileira ao longo das últimas décadas. A partir de uma abordagem histórico-estruturalista e de economia política do desenvolvimento, o trabalho investiga as mudanças na função econômica da empresa entre o período nacional-desenvolvimentista e o pós-privatização, articulando seus efeitos sobre a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e a inserção internacional da siderurgia brasileira. Durante o período de industrialização liderada pelo Estado, a CSN desempenhou papel estratégico na coordenação do investimento e na consolidação de encadeamentos produtivos internos, atuando como elemento central da indústria pesada e da integração do sistema produtivo nacional. A privatização da empresa, em 1993, marcou uma inflexão nesse arranjo, ao introduzir uma lógica de gestão orientada pela eficiência empresarial e pela valorização financeira.A análise empírica evidencia que, embora a reestruturação produtiva tenha gerado ganhos expressivos de produtividade, esses resultados foram acompanhados por redução significativa do emprego industrial, mudanças no perfil tecnológico e reconfiguração da estrutura ocupacional, particularmente no município de Volta Redonda. Observa-se, nesse contexto, uma dissociação entre desempenho microeconômico e dinamização produtiva regional.No plano mais amplo, a trajetória da CSN insere-se em um processo de reconfiguração da siderurgia mundial, marcado pela ascensão da China e pela intensificação da concorrência internacional. Esse cenário tem contribuído para reforçar um padrão de inserção baseado na especialização em produtos intermediários e de menor valor agregado, limitando as possibilidades de avanço tecnológico da indústria nacional.Argumenta-se, por fim, que o caso da CSN evidencia os limites de uma estratégia de desenvolvimento baseada predominantemente na liberalização econômica e na centralidade da valorização financeira, indicando a importância da reconstrução de mecanismos institucionais de coordenação do investimento produtivo em economias periféricas.

Palavras-chave: industrialização brasileira; siderurgia; privatização; reestruturação produtiva; desenvolvimento regional.

1. Introdução

A industrialização brasileira esteve historicamente associada à atuação decisiva do Estado na criação de setores estratégicos capazes de estruturar uma base produtiva autônoma. Entre esses setores, a siderurgia ocupou posição central, sendo frequentemente tratada na literatura como um dos pilares da construção da indústria pesada no país. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, insere-se precisamente nesse contexto. O empreendimento representou uma resposta estatal ao chamado "problema siderúrgico nacional", isto é, à incapacidade do capital privado doméstico de mobilizar os investimentos necessários para a implantação de uma indústria de base em larga escala. Antes da criação da empresa, o parque siderúrgico brasileiro era limitado, fragmentado e incapaz de suprir as necessidades de expansão industrial do país (Barros, 2015). Nesse sentido, a constituição da CSN deve ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de transformação estrutural da economia brasileira.

No âmbito do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), a implantação de setores estratégicos, particularmente aqueles ligados à produção de insumos básicos, foi considerada condição necessária para a internalização da estrutura produtiva e para a redução da dependência externa. Conforme argumentam Silva et al. (2016), a formação de uma base industrial integrada exigia investimentos de grande escala e de maturação longa, o que, em economias periféricas, demandava a atuação direta do Estado. A siderurgia estatal, nesse sentido, não apenas supria a demanda interna por aço, mas também fornecia suporte material para a implantação de parques industriais em diversos segmentos da economia, desde a indústria automobilística até os setores de bens de capital e infraestrutura. A criação da CSN, localizada em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, consolidou-se, assim, como um marco do projeto nacional-desenvolvimentista, desempenhando papel fundamental no processo de crescimento econômico e na estruturação do sistema industrial brasileiro no pós-guerra (Poso, 2007).

Do ponto de vista teórico, a centralidade de empreendimentos como a CSN pode ser compreendida a partir das formulações do estruturalismo latino-americano. Para Celso Furtado, o desenvolvimento econômico nas economias periféricas depende da constituição de centros internos de decisão capazes de orientar o progresso técnico e a acumulação de capital em função de objetivos nacionais. Em contextos de dependência estrutural, nos quais as decisões fundamentais sobre investimento e tecnologia são frequentemente tomadas fora do

espaço nacional, a presença de empresas estatais estratégicas torna-se fundamental para internalizar a dinâmica de inovação e ampliar a autonomia do sistema produtivo (Furtado, 1961; 1982). Nesse sentido, a siderurgia estatal representava não apenas um empreendimento industrial, mas também um instrumento de política econômica voltado à construção de capacidades produtivas e tecnológicas endógenas.

Essa interpretação converge com a análise de Maria da Conceição Tavares sobre o funcionamento do modelo de substituição de importações. Segundo a autora, a industrialização brasileira avançou por meio de sucessivas respostas aos chamados "estrangulamentos externos", isto é, aos limites impostos pela escassez de divisas e pela dependência de importações de bens intermediários e de capital. A criação de setores industriais estratégicos, como a siderurgia, constituiu um mecanismo fundamental para superar esses estrangulamentos e permitir a integração vertical do aparato produtivo nacional (Tavares, 1972). Ao possibilitar a produção doméstica de aço em grande escala, a CSN contribuiu diretamente para ampliar a capacidade industrial do país, fortalecendo os encadeamentos produtivos e viabilizando a expansão de setores industriais mais complexos.

Entretanto, o modelo de industrialização liderado pelo Estado começou a enfrentar limites significativos a partir da década de 1980. A crise da dívida externa, combinada com a deterioração das condições macroeconômicas e com o enfraquecimento das finanças públicas, produziu um contexto de forte restrição fiscal e de desaceleração do investimento estatal. Nesse cenário, consolidou-se um processo de inflexão institucional e ideológica que buscava redefinir o papel do Estado na economia. Conforme argumenta Bresser-Pereira (1998), a partir da década de 1990, passou a predominar no Brasil a concepção de um "Estado regulador", no qual a eficiência econômica seria assegurada principalmente pela disciplina de mercado e pela gestão privada dos ativos produtivos. No setor siderúrgico, esse movimento foi acompanhado por um processo de reestruturação produtiva e de crescente orientação para o mercado externo, refletindo o novo padrão de inserção da economia brasileira na globalização (Furtado, 1982; Grandi, 2020).

Foi nesse contexto que ocorreu a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1993. Mais do que uma simples mudança de controle acionário, o processo representou uma transformação profunda na lógica de funcionamento de um dos principais ativos industriais do país. Parte da literatura crítica interpreta esse processo à luz do conceito de "acumulação por espoliação", proposto por Harvey (2004), segundo o qual a transferência de

ativos públicos para o setor privado constitui um mecanismo recorrente de reorganização do capitalismo contemporâneo, permitindo a apropriação privada de riquezas previamente constituídas no âmbito do Estado. No caso da CSN, a privatização foi precedida por um amplo processo de saneamento financeiro realizado pelo próprio setor público, incluindo a absorção de passivos e a reestruturação administrativa da empresa, o que facilitou sua aquisição por grupos privados durante o leilão de privatização (Poso, 2007).

Do ponto de vista da economia política, as transformações ocorridas no interior da empresa também podem ser interpretadas à luz das contribuições de Michal Kalecki. Em sua teoria da dinâmica econômica, o autor destaca o papel central do investimento na determinação do nível de atividade e da acumulação de capital, argumentando que, em economias capitalistas, os lucros são fundamentalmente determinados pelas decisões de gasto, em particular, pelo investimento (Kalecki, 1954). Nesse contexto, o investimento público assume papel estratégico, especialmente em economias periféricas, nas quais o setor privado frequentemente demonstra baixa propensão a investir em projetos de longo prazo e elevada intensidade de capital.

A atuação do Estado, portanto, não apenas complementa o investimento privado, mas também exerce função coordenadora sobre a dinâmica da demanda efetiva e da expansão produtiva (Possas, 1981). A substituição desse padrão por uma lógica de investimento orientada predominantemente por critérios de rentabilidade privada implica mudanças relevantes na dinâmica de acumulação, com impactos sobre o nível de emprego e a estrutura produtiva.

A privatização foi acompanhada por um processo de reestruturação produtiva e organizacional, caracterizado pela racionalização dos processos produtivos, incorporação de novas tecnologias e redução do quadro de trabalhadores diretamente empregados. Essas transformações refletem a mudança na lógica de gestão da empresa, orientada pela busca de maior eficiência e rentabilidade.

Essas transformações produziram efeitos que ultrapassaram o âmbito empresarial, repercutindo sobre o território, o mercado de trabalho e o perfil tecnológico da empresa. No caso de Volta Redonda, cidade historicamente estruturada em torno da siderúrgica, a reestruturação produtiva esteve associada à redução do emprego industrial e à reconfiguração da dinâmica econômica local. Ao mesmo tempo, estudos apontam mudanças na estratégia

tecnológica da empresa após a privatização, bem como efeitos regressivos sobre a estrutura ocupacional e salarial.

A trajetória da CSN após a privatização também deve ser compreendida à luz da reconfiguração da siderurgia mundial, marcada pela ascensão chinesa e pela intensificação da concorrência internacional. Esse novo ambiente reforçou estratégias defensivas no setor brasileiro, aprofundando a especialização em produtos de menor valor agregado e limitando as possibilidades de avanço tecnológico.

Essas transformações redefiniram a lógica de funcionamento da empresa e tiveram implicações relevantes para sua relação com o mercado de trabalho e o território, analisadas a seguir.

2. Indústria pesada e o projeto nacional-desenvolvimentista

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional deve ser compreendida no interior de um projeto mais amplo de transformação estrutural da economia brasileira, no qual a industrialização pesada foi concebida como condição indispensável para superar o padrão histórico de especialização primário-exportadora. Nesse contexto, a siderurgia assumiu papel estratégico não apenas como setor produtivo específico, mas como elemento estruturante de um novo regime de acumulação, baseado na intervenção estatal, na expansão do mercado interno e na internalização do progresso técnico. A implantação da CSN, portanto, não pode ser analisada apenas como um investimento industrial isolado, mas como parte de uma estratégia de desenvolvimento que buscava redefinir as bases produtivas do país.

2.1 Industrialização e superação do subdesenvolvimento

No âmbito do pensamento estruturalista latino-americano, o subdesenvolvimento não é entendido como uma simples etapa inicial do processo de desenvolvimento, mas como uma configuração histórica específica das economias periféricas. Para Celso Furtado, o subdesenvolvimento corresponde à formação de uma estrutura produtiva dual, caracterizada pela coexistência de setores modernos capitalistas com amplas áreas de baixa produtividade e organização econômica arcaica (Furtado, 1961). Nessa perspectiva, a superação do subdesenvolvimento depende da capacidade de internalizar o progresso técnico e de ampliar a produtividade de forma sistêmica, transformando a estrutura produtiva e elevando o nível de renda da população.

Esse diagnóstico esteve diretamente relacionado ao debate brasileiro sobre o chamado "problema siderúrgico nacional". Desde o início do século XX, o país possuía pequenas iniciativas siderúrgicas baseadas principalmente no uso de carvão vegetal e em estruturas produtivas de escala reduzida. Entretanto, esse setor era incapaz de atender às necessidades de expansão industrial do país. Conforme destaca Barros (2015), o debate ganhou dimensão política decisiva no final da década de 1930, particularmente após a chamada "entrevista de São Lourenço", em 1938, quando Getúlio Vargas criticou duramente a estrutura siderúrgica então existente, classificando-a como reduzida, cara e economicamente ineficiente.

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941 representou, portanto, uma resposta direta a essa limitação estrutural. Instalada em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, a usina rapidamente se consolidou como o principal polo siderúrgico do país. Dados apresentados por Poso (2007) indicam que, já em 1960, a produção da empresa alcançava cerca de 1,12 milhão de toneladas de lingotes de aço, correspondendo a aproximadamente 49% da produção siderúrgica nacional. Esses números evidenciam o papel central desempenhado pela CSN no abastecimento do mercado interno e na viabilização da expansão industrial brasileira nas décadas seguintes.

A implantação da siderúrgica também produziu efeitos significativos na organização socioeconômica do território. A cidade de Volta Redonda foi planejada e estruturada em torno da usina, consolidando-se como um exemplo clássico de cidade monoindustrial. Segundo Magalhães e Rodrigues (2015), a dinâmica econômica local passou a girar em torno da produção siderúrgica e do emprego industrial associado à empresa, configurando um modelo de organização urbana fortemente marcado pelo padrão fordista de produção e pela presença dominante da grande empresa estatal. Nesse sentido, a CSN não apenas fornecia o insumo fundamental para a expansão industrial brasileira, mas também representava um experimento de modernização econômica e social associado ao projeto nacional-desenvolvimentista.

2.2 Padrão de acumulação e coordenação do investimento

A centralidade da siderurgia estatal no processo de industrialização brasileira está diretamente relacionada ao funcionamento do modelo de substituição de importações (ISI). Conforme argumenta Tavares (1972), a dinâmica da industrialização latino-americana foi marcada por sucessivas tentativas de superar os limites impostos pela dependência externa, especialmente pela necessidade de importar bens intermediários e de capital indispensáveis à

expansão produtiva. Esses limites, denominados pela autora de “estrangulamentos externos”, condicionavam o ritmo de crescimento das economias periféricas e reforçavam sua vulnerabilidade diante das oscilações do comércio internacional.

Nesse contexto, a criação de uma indústria siderúrgica de grande escala representou um passo fundamental para aprofundar o processo de substituição de importações. Ao permitir a produção doméstica de aço, a CSN reduziu significativamente a dependência externa de um insumo estratégico para o desenvolvimento industrial. O aço produzido pela empresa passou a alimentar diversos setores do chamado Departamento I da economia — isto é, aqueles responsáveis pela produção de bens de capital e infraestrutura — incluindo a indústria de máquinas, a construção civil pesada, o setor naval e, posteriormente, a indústria automobilística. Dessa forma, a siderurgia estatal desempenhou papel decisivo na integração vertical da estrutura produtiva nacional, atuando como um instrumento de coordenação do investimento e de dinamização dos encadeamentos produtivos internos.

Diferentemente desse período, marcado pela centralidade do Estado na condução do processo de industrialização, a trajetória da CSN após sua privatização revela uma mudança significativa em sua função econômica. A empresa deixa de operar como elemento estruturante do desenvolvimento industrial para se orientar predominantemente por critérios de rentabilidade privada, o que implica alterações na natureza de seus encadeamentos produtivos e em sua contribuição para a dinâmica econômica nacional.

A relevância desse processo também pode ser interpretada à luz das contribuições de Michal Kalecki (1977) sobre o papel do investimento na dinâmica macroeconômica. Para o autor, o nível de lucros e de renda em uma economia capitalista depende fundamentalmente do volume de investimento realizado. Em contextos nos quais o setor privado demonstra baixa disposição para investir em projetos de longo prazo e alta intensidade de capital — como frequentemente ocorre em economias periféricas — o investimento público pode desempenhar papel crucial na sustentação da demanda efetiva e na estabilização do ciclo econômico (Kalecki, 1943).

No caso brasileiro, esse papel do Estado tornou-se ainda mais evidente com a criação da Siderbrás em 1973. A holding estatal passou a coordenar as principais empresas siderúrgicas do país, consolidando o controle público sobre aproximadamente 70% da produção nacional de aço (Fonseca et al., 2010). Essa estrutura institucional reforçou a

centralidade da siderurgia no projeto nacional-desenvolvimentista e ampliou a capacidade do Estado de coordenar investimentos estratégicos no setor.

Além disso, a própria organização produtiva da CSN refletia uma estratégia de integração vertical voltada à garantia da autonomia produtiva. Desde sua criação, a empresa buscou assegurar o controle sobre etapas fundamentais da cadeia produtiva, incluindo o acesso às matérias-primas. Um exemplo importante foi a aquisição das jazidas de minério de ferro da Casa da Pedra, em Minas Gerais, realizada ainda em 1941, garantindo o fornecimento regular de insumos essenciais para a produção siderúrgica (Poso, 2007). Essa estratégia permitiu reduzir vulnerabilidades externas e assegurar maior estabilidade ao processo produtivo.

Outro elemento importante da política industrial associada à siderurgia estatal foi a adoção de mecanismos de administração de preços voltados a estimular a expansão de setores industriais estratégicos. Conforme destaca Poso (2007), a partir da década de 1960 o governo brasileiro passou a utilizar políticas de preços administrados no setor siderúrgico com o objetivo de fornecer aço a custos relativamente baixos para atividades consideradas prioritárias, como a construção civil e a indústria naval. Essa política contribuiu para ampliar os encadeamentos produtivos associados à siderurgia e reforçar seu papel como setor dinamizador da economia nacional.

Em conjunto, esses elementos evidenciam que a Companhia Siderúrgica Nacional desempenhou papel muito mais amplo do que o de uma simples unidade produtiva. Inserida no contexto do projeto nacional-desenvolvimentista, a empresa constituiu um instrumento central de política econômica, articulando investimento público, coordenação produtiva e expansão industrial. Ao fornecer insumos estratégicos, estimular encadeamentos produtivos e contribuir para a formação de capacidades industriais domésticas, a siderurgia estatal tornou-se um dos pilares do regime de acumulação que marcou a industrialização brasileira ao longo do século XX.

Esse arranjo institucional, no qual o Estado atuava como coordenador do investimento e da estrutura produtiva, entrou em crise a partir da década de 1980, quando restrições externas e fiscais passaram a limitar sua capacidade de sustentação.

3. A Inflexão Neoliberal e a Privatização: Da Crise do Estado à Acumulação por Espoliação

A trajetória da Companhia Siderúrgica Nacional sofreu uma inflexão decisiva a partir da década de 1980, quando o modelo de industrialização liderado pelo Estado passou a enfrentar limites estruturais relacionados à crise fiscal, ao endividamento externo e às transformações do sistema econômico internacional(Carneiro, 2002). Nesse contexto, consolidou-se no Brasil um processo de reorientação institucional que redefiniu o papel do Estado na economia e abriu caminho para a privatização de empresas estratégicas construídas ao longo do período nacional-desenvolvimentista. A venda da CSN em 1993 insere-se nesse movimento mais amplo de reorganização do capitalismo brasileiro, no qual a lógica de planejamento estatal e coordenação do investimento foi progressivamente substituída por mecanismos de mercado e pela crescente financeirização da gestão empresarial.

3.1 O esgotamento do modelo e a "nova dependência"

A crise econômica que marcou a década de 1980 representou um ponto de ruptura para o padrão de desenvolvimento baseado na intervenção estatal e na expansão da indústria pesada. A chamada crise da dívida externa, desencadeada no início da década, produziu um severo estrangulamento das contas externas e das finanças públicas, reduzindo drasticamente a capacidade do Estado brasileiro de sustentar o investimento produtivo em larga escala.

Celso Furtado (1982) descreveu esse processo como a emergência de uma nova forma de dependência econômica. Segundo o autor, o peso crescente do serviço da dívida externa passou a absorver parcela significativa das receitas de exportação do país, restringindo a autonomia das decisões econômicas nacionais e comprometendo a capacidade do Estado de atuar como indutor do desenvolvimento. Em determinados momentos do início da década de 1980, os pagamentos de juros e amortizações chegaram a consumir aproximadamente 80% das receitas provenientes das exportações brasileiras, configurando um quadro de forte restrição externa e perda de controle sobre os chamados "centros internos de decisão".

A queda da demanda interna por aço ao longo da década de 1980 pode ser explicada por uma combinação de fatores macroeconômicos associados à crise da dívida externa e às políticas de ajustamento implementadas no período. A desaceleração do crescimento econômico, decorrente da crise do balanço de pagamentos, foi acompanhada pela adoção de

políticas fiscais e monetárias restritivas, voltadas à contenção da inflação e à estabilização externa. Esse movimento implicou uma forte redução do investimento público, especialmente em infraestrutura e em setores de base, justamente aqueles que constituem os principais demandantes de aço (Poso, 2007).

Além disso, o ambiente recessivo, tanto no plano doméstico quanto internacional, contribuiu para a contração da atividade industrial, reduzindo a demanda por insumos intermediários. Como resultado, observa-se uma queda significativa na utilização da capacidade instalada do setor siderúrgico, refletindo a perda de dinamismo da economia brasileira no período (Poso, 2007).

A crise fiscal do Estado brasileiro e a consequente perda de sua capacidade de investimento alimentaram, segundo Bresser-Pereira (1998), a percepção do aparato estatal como obstáculo à eficiência econômica. Esse cenário, alinhado à ascensão global das reformas neoliberais iniciadas na década de 1980, consolidou um consenso pela redefinição do papel do Estado. Assim, priorizou-se a redução da máquina pública, a liberalização de mercados e a privatização de estatais estratégicas como vias para restaurar a confiança dos investidores e a eficiência do sistema.

3.2 A privatização como acumulação por espoliação

A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, realizada em 1993 no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, representou um dos episódios mais emblemáticos desse processo de reconfiguração institucional. Do ponto de vista formal, o leilão foi apresentado como parte de uma estratégia de modernização econômica e de redução do endividamento público. Entretanto, uma análise crítica do processo sugere que a privatização também pode ser interpretada como um mecanismo de transferência de riqueza pública para grupos privados, fenômeno que David Harvey (2004) descreve como “acumulação por espoliação”.

Segundo Harvey (2004), processos de privatização frequentemente constituem uma estratégia utilizada pelo capital para superar crises de sobreacumulação, apropriando-se de ativos públicos construídos ao longo de décadas de investimento estatal. Infraestruturas, empresas estratégicas e serviços públicos são incorporados à esfera de valorização privada, permitindo a abertura de novas oportunidades de rentabilidade para o capital financeiro e para grandes grupos empresariais.

O caso da CSN apresenta diversos elementos que se aproximam desse diagnóstico. Antes da realização do leilão de privatização, o governo brasileiro promoveu um amplo processo de saneamento financeiro da empresa, assumindo dívidas e realizando aportes de recursos destinados a tornar o ativo mais atrativo para investidores privados. De acordo com Poso (2007), aproximadamente 756 milhões de dólares foram injetados na companhia no período imediatamente anterior à privatização, permitindo a reorganização de sua estrutura financeira e operacional.

Esse movimento deve ser compreendido no contexto mais amplo das transformações estruturais da economia brasileira nos anos 1990. Como argumentam Rodrigues e Jurgenfeld (2019), o processo de privatizações esteve diretamente associado à consolidação de uma dinâmica de financeirização, na qual a lógica financeira passa a se sobrepor à lógica produtiva, orientando as decisões de investimento e a reorganização dos ativos econômicos. Nesse contexto, a desestatização não se limitou à transferência de propriedade, mas envolveu a incorporação de empresas estratégicas por agentes vinculados ao capital financeiro, incluindo bancos, fundos de investimento e investidores estrangeiros .

Um aspecto central destacado pelos autores é que muitas dessas empresas foram privatizadas após passarem por processos de saneamento conduzidos pelo próprio Estado, o que implicou, na prática, a socialização dos custos e a privatização dos ganhos. Esse mecanismo possibilitou a aquisição de ativos produtivos em condições favoráveis ao capital privado, frequentemente com financiamento público e elevada valorização posterior dos ativos.

Dessa forma, a privatização pode ser interpretada não apenas como uma política de reorganização produtiva, mas como parte de um processo mais amplo de reconfiguração do padrão de acumulação no Brasil, marcado pela crescente centralidade da valorização financeira. Nesse novo contexto, o Estado deixa de atuar como agente direto de coordenação do investimento produtivo e passa a exercer um papel de viabilizador da acumulação privada, com implicações relevantes para a estrutura produtiva e para a dinâmica do desenvolvimento econômico.

Além disso, o próprio mecanismo utilizado no leilão favoreceu significativamente os compradores privados. Parte relevante dos recursos empregados na aquisição da empresa foi constituída pelas chamadas “moedas podres”, isto é, títulos da dívida pública aceitos pelo

governo pelo seu valor de face, apesar de serem negociados no mercado secundário com deságio significativo. Na prática, esse mecanismo permitiu que bancos e grupos industriais adquirissem participação acionária na empresa com um custo efetivo inferior ao valor nominal utilizado na operação (Poso, 2007). O leilão realizado em 1993 resultou em uma arrecadação aproximada de 1,495 bilhão de dólares, com a participação de grandes grupos empresariais e instituições financeiras, incluindo o grupo Vicunha e a Companhia Vale do Rio Doce.

Assim, sob a ótica da economia política, a privatização da CSN pode ser interpretada não apenas como uma decisão técnica voltada à melhoria da eficiência empresarial, mas também como parte de um processo mais amplo de reconfiguração das relações entre Estado e capital no contexto da globalização neoliberal.

3.3 Mudança na racionalidade: do planejamento ao lucro financeiro

A transferência do controle da empresa para o setor privado implicou mudanças significativas na racionalidade econômica que orientava sua gestão. Durante o período desenvolvimentista, a CSN operava dentro de um quadro institucional no qual sua função principal estava associada à sustentação do processo de industrialização nacional, mesmo que isso implicasse níveis de rentabilidade inferiores aos observados em empresas privadas. Após a privatização, entretanto, a lógica dominante passou a ser a maximização do retorno para os acionistas e a busca por maior eficiência financeira.

Essa transformação pode ser interpretada à luz das contribuições de David Harvey sobre os processos contemporâneos de acumulação. Segundo o autor, em contextos de reestruturação neoliberal, a privatização de ativos públicos constitui um mecanismo central de “acumulação por espoliação”, por meio do qual bens anteriormente controlados pelo Estado são transferidos ao setor privado, abrindo novas frentes de valorização do capital (Harvey, 2004).

Nesse sentido, a privatização não se limita a uma mudança de gestão ou a um ajuste de eficiência, mas envolve uma reconfiguração mais ampla das formas de apropriação de riqueza, frequentemente precedida por processos de saneamento financeiro conduzidos pelo próprio Estado. No caso da CSN, a transferência do controle acionário, após a reestruturação prévia de sua situação financeira, ilustra esse movimento de deslocamento de ativos

estratégicos para a esfera privada, com implicações relevantes para a dinâmica de acumulação e para o papel do Estado na economia.

Além das mudanças na organização do trabalho, a empresa passou a adotar estratégias competitivas distintas daquelas que prevaleciam durante o período do nacional-desenvolvimentismo. Segundo Melo (2006), a CSN privatizada passou a operar com políticas de diferenciação de preços entre o mercado doméstico e o mercado externo, praticando preços relativamente mais elevados no mercado interno para compensar margens mais reduzidas nas exportações. Essa estratégia, consistente com o conceito de mark-up, permite à empresa sustentar níveis de rentabilidade compatíveis com as expectativas dos acionistas, mesmo em um contexto de intensa competição internacional no setor siderúrgico.

Esse padrão de precificação implica a transferência parcial dos custos da concorrência internacional para os consumidores domésticos de aço — notadamente setores industriais e de infraestrutura — que passam a arcar com preços relativamente mais elevados. Como consequência, observa-se um encarecimento de insumos estratégicos para a produção industrial interna, o que pode comprometer a competitividade de segmentos a jusante e limitar os efeitos de encadeamento produtivo característicos de economias industrializadas.

Diferentemente do período do nacional-desenvolvimentismo, no qual a siderurgia estatal operava de forma articulada a uma estratégia mais ampla de desenvolvimento industrial, a lógica pós-privatização passa a priorizar a maximização da rentabilidade da empresa, mesmo que isso implique custos mais elevados para o restante da estrutura produtiva.

Paralelamente, estudos sobre o desempenho tecnológico da empresa indicam mudanças importantes no perfil de inovação após a privatização. Fagundes et al. (2014), ao analisarem os registros de patentes associados à CSN, identificam uma redução significativa na intensidade do esforço inovador formal da companhia. Enquanto no período anterior à privatização a média anual de depósitos de patentes era de aproximadamente 16,5 registros, após a mudança de controle essa média caiu para cerca de 5,07 registros por ano, representando uma redução próxima de 69%. Segundo os autores, esse movimento pode refletir uma mudança estratégica na gestão da inovação, com maior ênfase em segredos industriais e em inovações incrementais de caráter imitativo, em detrimento de investimentos mais intensivos em pesquisa e desenvolvimento.

Em conjunto, esses elementos sugerem que a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional representou não apenas uma alteração na estrutura de propriedade da empresa, mas também uma transformação mais profunda na lógica de funcionamento de um dos principais ativos industriais do país. A substituição da racionalidade associada ao planejamento estatal por uma lógica de valorização financeira reconfigurou as prioridades da empresa, alterando sua relação com o território, com o mercado de trabalho e com o próprio sistema industrial brasileiro.

Essa mudança constitui um ponto de inflexão fundamental para a análise da trajetória da siderurgia nacional. Ao contrário das expectativas de que a privatização poderia desencadear um novo ciclo de investimentos produtivos, as evidências sugerem que o processo esteve associado principalmente a uma reestruturação defensiva voltada à elevação da eficiência financeira individual da empresa. Esse movimento se expressa na adoção de estratégias de racionalização produtiva, redução de custos operacionais, diminuição do quadro de trabalhadores e reorganização do mix produtivo, sem que se observasse, no mesmo período, uma expansão significativa da capacidade produtiva ou um avanço substantivo no perfil tecnológico da indústria.

Nesse sentido, a elevação da eficiência microeconômica não foi acompanhada por um processo de dinamização produtiva mais amplo, indicando uma dissociação entre o desempenho da empresa e o desenvolvimento da estrutura industrial. Como resultado, a lógica de desenvolvimento industrial coordenado que caracterizou o período nacional-desenvolvimentista foi progressivamente substituída por estratégias empresariais orientadas pela competição internacional e pela rentabilidade de curto e médio prazo.

4. Reestruturação Produtiva e Transformações no Mercado de Trabalho em Volta Redonda

A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional em 1993 marcou o início de um processo profundo de reestruturação produtiva que alterou significativamente as bases econômicas e sociais do município de Volta Redonda. Durante décadas, a cidade havia se estruturado como um típico caso de *company town*, no qual a dinâmica econômica local estava fortemente vinculada à atividade da grande indústria siderúrgica. A presença da CSN

não apenas estruturava o mercado de trabalho industrial, como também induzia uma ampla rede de atividades comerciais e de serviços associadas à renda gerada pela produção de aço.

As transformações associadas à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional podem ser sintetizadas por meio de um conjunto de indicadores que evidenciam, de forma articulada, a evolução do desempenho produtivo da empresa, seu perfil tecnológico e seus impactos sobre o emprego e a dinâmica regional.

Tabela 2: Indicadores de desempenho produtivo, inovação e impacto socioeconômico da CSN (pré e pós-privatização)

Indicador	Período Estatal (Pré-Privatização)	Período Privado (Pós-Privatização)
Produtividade (Toneladas / Homem / Ano)	155 (1990)	438 (2001)
Média Anual de Depósito de Patentes	16,5 (1980-1995)	5,07 (1996-2009)
Número de Empregados (Setor Siderúrgico)	132,7 mil (1990)	66,2 mil (2001)
Faturamento (US$ Bilhões)	10,6 (1990)	8,6 (2001)
Exportações (US$ Bilhões)	3,2 (1990)	2,7 (2001)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Poso (2007), Fagundes et al. (2014) e Magalhães & Rodrigues (2015).

Os dados evidenciam, em primeiro lugar, que a privatização foi acompanhada por ganhos expressivos de produtividade. A produção por trabalhador aumentou de 155 para 438 toneladas por homem ao ano entre 1990 e 2001, indicando uma elevação significativa da eficiência produtiva. Esse resultado reflete o processo de modernização tecnológica e racionalização organizacional implementado pela empresa no período pós-privatização, em consonância com a nova lógica de gestão orientada pela competitividade e pela rentabilidade.

Entretanto, esses ganhos de eficiência foram acompanhados por uma redução expressiva do emprego. O número de trabalhadores no setor siderúrgico caiu de aproximadamente 132,7 mil para 66,2 mil entre 1990 e 2001, evidenciando que o aumento da produtividade esteve associado à diminuição da intensidade do trabalho. No caso específico de Volta Redonda, as demissões diretas atingiram cerca de 24 mil trabalhadores, produzindo impactos significativos sobre a estrutura econômica local.

Além disso, observa-se uma mudança relevante no perfil tecnológico da empresa. A média anual de depósitos de patentes caiu de 16,5 para 5,07 registros após a privatização, indicando uma redução significativa na intensidade dos esforços inovativos formais. Esse movimento sugere uma alteração na estratégia tecnológica, marcada pela substituição de uma lógica voltada à construção de capacidades produtivas internas por uma orientação mais defensiva, baseada na adoção de tecnologias existentes e na otimização de processos.

Em conjunto, esses indicadores revelam uma contradição fundamental: embora a empresa tenha se tornado mais eficiente do ponto de vista microeconômico, esses ganhos não se traduziram em dinamização produtiva mais ampla ou em melhoria das condições socioeconômicas regionais. Ao contrário, foram acompanhados por redução do emprego, enfraquecimento dos encadeamentos produtivos e mudanças no perfil tecnológico. Essa dissociação entre desempenho empresarial e desenvolvimento estrutural constitui um elemento central da mudança no padrão de acumulação analisada neste trabalho.

Com a privatização e a adoção de novas estratégias empresariais orientadas pela busca de eficiência produtiva e competitividade internacional, a empresa passou por um processo intenso de modernização tecnológica e racionalização de sua força de trabalho. Esse movimento incluiu a automação de diversas etapas produtivas, a redução de quadros permanentes e a ampliação de formas de terceirização e subcontratação de serviços. Embora

essas mudanças tenham contribuído para o aumento da produtividade da empresa, seus efeitos sobre o mercado de trabalho local foram expressivos.

Uma forma de visualizar essas transformações é por meio da evolução da estrutura setorial do emprego formal no município ao longo das últimas décadas. A tabela a seguir sintetiza essa mudança.

Tabela 1 :Estrutura do emprego formal em Volta Redonda (1985–2010)

Setor	1985 (%)	2010 (%)	Variação (p.p.)
Indústria de Transformação	45,64	20,60	−25,04
Comércio	12,54	23,37	+10,83
Serviços	27,62	38,71	+11,09

Fonte: Adaptado de Magalhães e Rodrigues (2015).

Entre 1985 e 2010, o mercado de trabalho local passou por uma mudança estrutural: a indústria de transformação, que antes concentrava quase metade dos empregos formais, recuou para pouco mais de 20%. Em contrapartida, os setores de comércio e serviços expandiram-se significativamente, paso a representar, respectivamente, 23,37% e 38,71% da ocupação total, consolidando o setor de serviços como o principal empregador do município.

Essa mudança na estrutura ocupacional evidencia, no plano territorial, os efeitos da reestruturação produtiva da CSN, reforçando a hipótese de dissociação entre desempenho empresarial e dinamização produtiva regional.

Com a retração relativa da indústria na estrutura ocupacional do município, a dinâmica econômica local passou a depender cada vez mais de setores que, em média, apresentam níveis de produtividade e remuneração inferiores aos da indústria pesada. Assim, embora a expansão do comércio e dos serviços tenha contribuído para absorver parte da força

de trabalho deslocada pela reestruturação industrial, a natureza desses empregos tende a ser distinta em termos de qualidade e capacidade de geração de renda.

Em síntese, a experiência de Volta Redonda evidencia, no plano territorial, os efeitos da reestruturação produtiva da CSN, reforçando a dissociação entre desempenho empresarial e dinamização econômica regional.

5. Implicações e Desafios Contemporâneos: O Desafio Chinês e a Inserção Passiva

As transformações observadas na trajetória da CSN também devem ser compreendidas no contexto mais amplo da reconfiguração da siderurgia mundial. Elas estão inseridas em um processo mais amplo de reconfiguração da siderurgia mundial e da divisão internacional do trabalho industrial. Nas últimas décadas, o deslocamento do eixo dinâmico da produção de aço para a Ásia, particularmente para a China, redefiniu os padrões de competitividade do setor e impôs novos desafios às economias periféricas. Nesse contexto, argumenta-se que o Brasil passou a ocupar uma posição crescentemente subordinada na cadeia global do aço, especializando-se na produção de insumos semiacabados e afastando-se da estratégia de desenvolvimento industrial integrada que marcou o período nacional-desenvolvimentista.

5.1 A ascensão do “gigante asiático” e o deslocamento do eixo produtivo

A partir do início do século XXI, a siderurgia mundial passou por uma transformação estrutural marcada pela rápida expansão da capacidade produtiva chinesa. De acordo com dados apresentados por Passos e Maciel (2017), a produção de aço bruto na China saltou de aproximadamente 128,5 milhões de toneladas em 2000 para cerca de 822,7 milhões de toneladas em 2014, representando um crescimento superior a 540% em pouco mais de uma década. Esse avanço consolidou o país como o principal polo siderúrgico do planeta, responsável por uma parcela significativa da produção global e por cerca de 60% da capacidade excedente mundial.

Esse processo esteve profundamente associado à estratégia de desenvolvimento implementada pelo Estado chinês, baseada em grandes investimentos em infraestrutura, urbanização e expansão industrial. Como observa David Harvey (2004), o crescimento

econômico da China foi sustentado por uma dinâmica de acumulação apoiada em projetos de larga escala financiados por crédito e investimento público, capazes de absorver grandes contingentes de mão de obra e gerar uma demanda constante por insumos industriais, entre os quais o aço ocupa posição central.

Ao mesmo tempo, a expansão da produção siderúrgica asiática provocou um deslocamento geográfico do eixo produtivo do setor, historicamente concentrado no Atlântico Norte, para a região do Pacífico. Conforme argumenta Poso (2007), esse movimento foi acompanhado pela relocalização de determinadas etapas da produção para países com menores custos operacionais e menor regulação ambiental, intensificando a competição global e pressionando empresas localizadas em economias periféricas a reconfigurar suas estratégias produtivas.

5.2 A nova divisão internacional do trabalho: “parte quente” e “parte fria”

Nesse novo cenário competitivo, consolidou-se uma divisão internacional do trabalho no interior da siderurgia que pode ser sintetizada pela distinção entre a chamada “parte quente” e a “parte fria” do processo produtivo. A primeira refere-se às etapas iniciais da produção do aço — como a produção de gusa, placas e outros semiacabados — caracterizadas por elevado consumo energético, maior intensidade de capital físico e significativa carga ambiental. A segunda envolve as etapas de laminação, acabamento e produção de aços especiais, nas quais se concentram os maiores níveis de valor agregado e conteúdo tecnológico.

Segundo Poso (2007), essa divisão tende a reproduzir hierarquias estruturais entre países centrais e periféricos. Enquanto as economias mais avançadas preservam as etapas tecnológicas mais sofisticadas e lucrativas do processo produtivo, países em desenvolvimento passam a especializar-se nas fases iniciais da cadeia, assumindo funções semelhantes às de fornecedores de insumos industriais básicos.

Evidências empíricas recentes sugerem que a siderurgia brasileira tem seguido exatamente esse padrão. Passos e Maciel (2017) demonstram que, entre 2009 e 2014, as exportações brasileiras de produtos semiacabados cresceram cerca de 36,3%, enquanto as exportações de produtos laminados — de maior valor agregado — registraram queda de aproximadamente 15,6%. Esse comportamento indica um redirecionamento da indústria nacional para segmentos de menor complexidade tecnológica, reforçando a especialização em

produtos intermediários destinados ao processamento em economias centrais ou em polos industriais mais avançados.

De forma semelhante, Fonseca et al. (2010) apontam que grande parte dos investimentos recentes no setor siderúrgico brasileiro tem sido direcionada à ampliação da capacidade de produção de placas destinadas à exportação. Nesse arranjo produtivo, o país passa a desempenhar o papel de fornecedor de insumos básicos para cadeias produtivas transnacionais, funcionando como um verdadeiro "centro de custo" energético e ambiental para grupos industriais globais.

5.4.3 O "efeito barbeiro" e o achatamento da estrutura salarial

A mudança na estrutura produtiva de Volta Redonda teve efeitos diretos sobre a distribuição da renda do trabalho na cidade. Dados sobre a evolução das faixas salariais entre 1996 e 2005 mostram uma redução significativa na proporção de trabalhadores que recebiam cinco ou mais salários mínimos, acompanhada pelo crescimento expressivo da participação daqueles situados na faixa de um a dois salários mínimos.

Esse fenômeno pode ser interpretado à luz do chamado "efeito barbeiro", frequentemente utilizado na literatura de economia do desenvolvimento para ilustrar a relação entre produtividade industrial e níveis salariais na economia como um todo. Um barbeiro em uma economia altamente industrializada tende a receber salários mais elevados não necessariamente porque sua técnica seja superior, mas porque a elevada produtividade do setor industrial estabelece um patamar mais alto de renda e demanda agregada para toda a sociedade.

Quando o núcleo industrial de alta produtividade se enfraquece, esse mecanismo opera em sentido inverso. A redução do emprego industrial de alta remuneração diminui o nível geral de renda da economia local, pressionando trabalhadores a aceitar ocupações em setores de menor produtividade, como comércio e serviços, onde os salários são estruturalmente mais baixos. O resultado é um processo de achatamento da estrutura salarial, caracterizado pela expansão das faixas de renda mais baixas e pela redução da participação relativa dos salários mais elevados.

Essa interpretação encontra respaldo nas chamadas leis do crescimento industrial formuladas por Nicholas Kaldor (1996). Segundo o autor, o setor manufatureiro desempenha

papel central no processo de crescimento econômico porque apresenta retornos crescentes de escala e elevada capacidade de difusão do progresso técnico para o restante da economia. Dessa forma, a expansão da indústria tende a elevar a produtividade e os salários em diversos setores, enquanto sua retração pode gerar efeitos regressivos sobre o conjunto da estrutura econômica.

5.5 O risco da "apostasia" e a construção interrompida

As transformações observadas na siderurgia brasileira nas últimas décadas podem ser interpretadas como parte de um processo mais amplo de reconfiguração do projeto de desenvolvimento nacional. Conforme argumenta Ignácio Rangel (1981), a chamada "apostasia" industrial refere-se ao abandono do projeto de industrialização autônoma iniciado nos anos 1930, substituído pela crença de que a plena integração ao mercado internacional seria suficiente para garantir o desenvolvimento econômico.

No entanto, a experiência recente sugere que essa estratégia tem produzido resultados ambíguos. Embora empresas como a CSN tenham alcançado elevados níveis de produtividade e competitividade microeconômica, o setor siderúrgico brasileiro como um todo tem se integrado ao mercado mundial principalmente como fornecedor de insumos intermediários de menor valor agregado.

Essa trajetória dialoga diretamente com a interpretação de Celso Furtado (1992) sobre o processo de desenvolvimento brasileiro no final do século XX. Para o autor, a perda da capacidade de coordenação estratégica do Estado e a crescente transnacionalização das decisões econômicas resultaram em uma espécie de "construção interrompida", na qual o processo de industrialização deixa de funcionar como eixo estruturador do desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, o caso da CSN revela uma contradição fundamental da economia brasileira contemporânea: enquanto determinadas empresas alcançam níveis elevados de eficiência no plano microeconômico, o país enfrenta dificuldades crescentes para transformar esses ganhos em um processo sustentável de transformação estrutural e desenvolvimento industrial.

6. Considerações Finais

A análise desenvolvida neste artigo buscou compreender a trajetória recente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como expressão das transformações mais amplas ocorridas no padrão de desenvolvimento da economia brasileira. Ao articular a dimensão histórica da industrialização nacional com os efeitos territoriais da reestruturação produtiva, o trabalho procurou evidenciar como a mudança no regime de propriedade e gestão da empresa alterou não apenas sua lógica de funcionamento empresarial, mas também suas implicações para a estrutura produtiva regional e para o mercado de trabalho local.

Criada no contexto do projeto nacional-desenvolvimentista, a CSN desempenhou, durante grande parte do século XX, um papel estratégico na consolidação da indústria pesada brasileira. A siderurgia não se limitava à produção de aço, mas funcionava como um dos pilares da construção de uma base produtiva integrada, articulando investimentos industriais, difusão de progresso técnico e geração de empregos de elevada produtividade. Nesse sentido, a empresa operava também como instrumento de coordenação do desenvolvimento, contribuindo para a formação de encadeamentos produtivos e para a dinamização econômica de regiões diretamente vinculadas à sua atividade.

A privatização da companhia em 1993 representou uma inflexão importante nesse arranjo institucional. Mais do que uma simples mudança patrimonial, o processo marcou a transição para um padrão de gestão orientado prioritariamente por critérios de eficiência empresarial e valorização financeira. A reorganização produtiva subsequente resultou em ganhos significativos de produtividade e rentabilidade, consolidando a empresa como uma das principais produtoras de aço do país. Contudo, os resultados obtidos sugerem que esse sucesso microeconômico ocorreu de forma relativamente dissociada de um processo mais amplo de desenvolvimento regional.

Em Volta Redonda, a privatização deflagrou uma profunda reconfiguração produtiva: a histórica centralidade da siderurgia deu lugar à retração do emprego industrial e à flexibilização do trabalho. Esse vácuo foi preenchido pela expansão dos setores de comércio e serviços, que passaram a absorver a força de trabalho antes vinculada à indústria.

No plano produtivo mais amplo, a trajetória recente da siderurgia brasileira também reflete mudanças na inserção internacional do setor. Em um cenário global marcado pela expansão da produção asiática e pela intensificação da concorrência internacional, observa-se

uma tendência de especialização crescente em produtos intermediários e semiacabados. Esse padrão de inserção limita as possibilidades de avanço em segmentos de maior valor agregado e maior intensidade tecnológica, reforçando a posição da indústria nacional em etapas menos complexas da cadeia produtiva do aço.

Nesse contexto, o caso da CSN evidencia uma contradição central do desenvolvimento brasileiro contemporâneo. Embora a empresa tenha alcançado elevados níveis de eficiência produtiva e competitividade no plano empresarial, esses resultados não se traduziram automaticamente em fortalecimento da base produtiva regional, ampliação do emprego industrial qualificado ou aprofundamento da autonomia tecnológica nacional. A dissociação entre desempenho empresarial e desenvolvimento estrutural revela os limites de uma estratégia de crescimento baseada predominantemente na liberalização econômica e na financeirização das decisões produtivas.

A experiência analisada também permite refletir sobre o papel do Estado na coordenação do desenvolvimento industrial. Durante o período nacional-desenvolvimentista, empresas estatais estratégicas desempenhavam funções fundamentais na articulação entre investimento produtivo, progresso técnico e geração de empregos industriais de maior produtividade. A liberalização econômica e a privatização de setores estratégicos reduziram significativamente essa capacidade de coordenação, transferindo para o setor privado decisões que passaram a ser orientadas predominantemente por critérios de rentabilidade financeira e inserção competitiva nos mercados internacionais.

Dessa forma, a trajetória da Companhia Siderúrgica Nacional pode ser interpretada como expressão de um processo mais amplo de reconfiguração do capitalismo brasileiro, no qual a lógica da valorização financeira passou a prevalecer sobre o projeto de industrialização coordenado pelo Estado que marcou grande parte do século XX. A experiência de Volta Redonda, por sua vez, evidencia que as transformações institucionais associadas a esse processo possuem impactos profundos sobre os territórios produtivos, redefinindo as bases econômicas e sociais de regiões historicamente estruturadas pela indústria pesada.

Assim, o caso analisado sugere que a retomada de uma estratégia de desenvolvimento capaz de combinar ganhos de produtividade, geração de emprego qualificado e autonomia tecnológica exige a reconstrução de mecanismos institucionais de coordenação do investimento produtivo. Em economias periféricas, nas quais a transformação estrutural

depende da articulação entre investimento industrial, progresso técnico e expansão do emprego produtivo, a ausência de instrumentos públicos capazes de orientar setores estratégicos tende a limitar as possibilidades de desenvolvimento econômico sustentado e socialmente inclusivo.

7. REFERÊNCIAS

BARROS, Gustavo. O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Crescimento e substituição de importações. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 153-183, jan./mar. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto de século. São Paulo: Editora UNESP; IE-UNICAMP, 2002.

FAGUNDES, Mariana Costa et al. Perfil tecnológico da CSN: um estudo patentométrico. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 276-294, jan./mar. 2014.

FONSECA, Paulo Sergio Moreira da; CARVALHO, Pedro Sergio Landim de; SILVA, Marcelo Machado da. Investimentos na siderurgia brasileira. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GALINARI, R. et al. O efeito das economias de aglomeração sobre os salários industriais: uma aplicação ao caso brasileiro. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 391-420, set./dez. 2007.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register 2004**, p. 93-125, 2004.

KALECKI, Michał. Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego (1943). In: **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. Tradução de Lucas Lima Ribeiro. São Paulo: Hucitec, 1977.

KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. Apresentação de Jorge Miglioli. Tradução de Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultural, 1977 (Coleção Os Economistas).

KALDOR, Nicholas. **Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom.** Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

MAGALHÃES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Volta Redonda pós-privatização da Cia. Siderúrgica Nacional: a crise de uma cidade monoindustrial em busca de uma nova identidade econômica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 11, n. 2, p. 359-378, mai./ago. 2015.

MELO, Tatiana Massaroli. **Diferenciação de Preços como Estratégia de Reação ao Novo Protecionismo: o caso da siderurgia brasileira no período de 1990 a 2002**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOGUEIRA, Ítalo Martins; MADUREIRA, Moisés Teles. A indústria siderúrgica no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, e300111638241, 2022.

PASSOS, Thais Virga; MACIEL, Claudio Schuller. Siderurgia e o desafio chinês: análise da expansão da capacidade produtiva. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 25, p. 19-40, jan./dez. 2017.

POSO, Antonio Toledo. **O processo de reestruturação da siderurgia mundial e brasileira: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RANGEL, Ignácio. História da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-34, out./dez. 1981.

SILVA, Thandara Maria Kathleen da; CABRAL, Joilson de Assis; CABRAL, Maria Viviana de Freitas. Estrutura Produtiva da Economia do Estado do Rio de Janeiro: Uma Análise de Insumo-Produto. **Revista Econômica**, Niterói, v. 18, n. 1, p. 61-83, 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.